



Criado e instalado segundo a Lei Estadual (PR) nº 12.726, de 26 de novembro de 1999 e Decreto Estadual nº 9.130, de 27 de dezembro de 2010, e instituído pela Resolução nº 13 do CERH/PR, de 28 de maio de 2002.

1 MINUTA DA ATA DA 28ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE
2 ACOMPANHAMENTO DO PLANO – CTPLAN - DO COMITÊ DA BACIA
3 HIDROGRÁFICA DO PARANÁ 3

4 Ao décimo oitavo dia do mês de outubro de 2022, às 14h00, por meio de web
5 conferência utilizando o programa *Zoom*, formalizada por meio de gravação,
6 iniciou-se a 28ª Reunião da CTPLAN do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná
7 3, diante da presença do coordenador ARMIN FEIDEN da Universidade Estadual
8 do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Também estavam presentes do seguintes
9 representantes: ROBERT GORDON HICKSON do Instituto Água e Terra IAT;
10 LUIZ ROBERTO FAGANELLO do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná
11 – IDR-PARANÁ; RODOLFO TANAKA SAVELLI da Companhia de Saneamento
12 do Paraná – SANEPAR; ELIAS LIRA DOS SANTOS JUNIOR da Universidade
13 Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR e ADALBERTO TELESKA BARBOSA
14 do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA-PR. Também se fez
15 presente TIAGO BACOVIS do Instituto Água e Terra – IAT, JULIANA CAVASSIN
16 e LUCINEIDE APARECIDA MARANHO do Instituto Água e Terra – IAT e
17 Secretaria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná 3. A Srta.
18 JULIANA iniciou a reunião passando a palavra para o Coordenador Sr. ARMIN
19 que declarou aberta a reunião (ITEM 1 DA PAUTA) e seguiu para a aprovação
20 da ata da 27ª reunião da CTPLAN (ITEM 2 DA PAUTA). A ata foi projetada e foi
21 aberta a palavra para manifestações, tendo em vista que todos receberam a ata
22 com antecedência. Como não houve nenhuma consideração, o coordenador
23 passou para a aprovação da mesma solicitando manifestação em caso de ser
24 contrário à aprovação. Não havendo nenhuma manifestação contrária, a ata foi
25 aprovada por unanimidade. Em seguida passou-se para a discussão e análise
26 da situação da Área Crítica do Arroio Jaguarandi (ITEM 3 DA PAUTA). O Sr.
27 ARMIM pediu um relato ao SR. TIAGO que explicou que a Câmara Técnica
28 precisa propor alternativas como reuso, recirculação pois a vazão já está
29 negativa e não há disponibilidade para todos os usuários. Falou que muitos
30 usuários não têm tanque de decantação, que nenhum faz a recirculação da água.
31 O Sr. ARMIN questionou o porquê foram outorgadas vazões além das
32 disponíveis sou se é por conta da estiagem. O Sr. TIAGO explicou que área
33 crítica não tem a ver com estiagem e sim por outorgas a jusante que impactaram
34 os usuários a jusante e pela quantidade de usuários que aumentou
35 significativamente. Em seguida, o Sr. ROBERT esclareceu que antigamente era
36 feita análise do ponto requerido, se traçava a bacia à montante e se deduzia o
37 valor desse ponto e assim por diante. Quando foi feita análise da bacia como um
38 todo verificou-se que as quantidades não batiam. Então está se fazendo uma
39 análise das bacias, principalmente na região oeste, para ver quais estão com o
40 mesmo problema para tentar renegociar as outorgas, dessa forma propriedade
41 em sequência terão que trabalhar a captação em conjunto, em horários
42 alternados. O Sr. TIAGO ainda expôs sobre um ponto de outorga prévia para
43 lançamento da Sanepar que precisam ser revistos. O Sr. RODOLPHO falou que

44 essa obra da Sanepar já está em licitação e por esse motivo não pode haver
45 nenhuma mudança nesse momento. Na sequência o Sr. ARMIN pediu para que
46 os membros se manifestassem sobre os próximos passos a serem tomados e
47 as proposições que a CTPLAN vai levar para embasar a decisão do comitê. O
48 Sr. FAGANELLO falou que uso da água não está adequado ao sistema
49 considerando que procura por outorga para piscicultura só aumentará na região
50 e sugeriu pegar a tecnologia existente para o uso eficiente da água, com entrada
51 e saída com controle eficiente. Hoje a água só passe pelos tanques de produção,
52 porém deveria permanecer mais tempo nesses tanques para sua otimização e
53 ser reciclada no sistema. O Sr. ADALBERTO pontuou que essa situação já era
54 anunciada a pelo menos uns 15 anos e que agora deve-se administrar um
55 problema que já tinha sido previsto lá atrás e que além de ser debatido na
56 CTPLAN, esse assunto tem que chegar à sociedade. Também questionou a
57 questão dos poços que são perfurados sem controle. O Sr. ROBERT falou que
58 já tem vários rios que já ultrapassou sua capacidade de outorga e que o que
59 deve ser feito são estudos por rios ou micro-bacias e fazer negociação com os
60 usuários e há necessidade urgente da readequação do volume d'água para
61 piscicultura. O Sr. TIAGO falou que a Sanepar vai ter que mexer no sistema para
62 adequar a DBO. Na sequência o Sr. ELIAS alertou para cuidado com equívocos,
63 inclusive metodológicos, clássicos da falta de planejamento e questionou a
64 competência do comitê para estabelecer norma, sendo que o órgão ambiental já
65 faz isso. Também questionou o Sr. TIAGO sobre a apresentação da situação
66 para o comitê, já que o mesmo falou já ter apresentado várias vezes, porém,
67 alguns membros alertaram desconhecimento. Na sequência a palavra foi
68 devolvida ao Sr. ARMIN que falou que entende que o comitê técnico não tem
69 poder de deliberar, mas sim de dar um parecer e é o comitê que tem que aceitar
70 ou não o parecer e que existe um Plano de Bacia e uma legislação de água que
71 devem ser cumpridos, não podendo jogar para o comitê essa responsabilidade,
72 até por falta de estrutura, além disso reforçou algo de errado quando a diferença
73 é de 3 vezes entre a vazão outorgada e vazão disponível ressaltando que o
74 problema é grande. Falou também da Cobrança pelo Uso da Água prevista no
75 Plano de Bacia e que esse é um instrumento que permitira o ajuste da
76 questão. NA sequência propôs que o comitê e o IAT organizassem os usuários
77 para definir a necessidade real de cada, sabendo-se que não tem água para
78 todos, pra não trazer insegurança jurídica. Dessa forma, a curto prazo, organizar
79 uma reunião entre os consumidores para negociar uma redução do seu volume
80 outorga. A médio prazo, implantar a cobrança da água cobrando pelo volume
81 captado e outorgado. O Sr. ROBERT destacou que em bacias com comitê
82 instituído as decisões são do próprio comitê e não do IAT. O que o instituto pode
83 contribuir listando as pessoas que captam água superficial dentro da bacia
84 crítica, vem o valor outorgado dessas pessoas, levantar quantas pessoas
85 captam sem outorga, notificar essas pessoas, dar prioridade para usuários já
86 instalados e com portaria, depois os usuários instalados e sem portaria e por fim
87 os que ainda não tem piscicultura instalada, e tentar entrar em um acordo para
88 que todos sejam beneficiados, se possível. Ainda falou que hoje a piscicultura
89 não está sendo cobrada a outorga de lançamento e pretende-se outorgar, logo,
90 a tendência é piorar. Assim, se manter mais tempo a água dentro da piscicultura,
91 captando lançamento menos, a tendência é melhorar a situação. O Sr. ARMIN
92 destacou que a cobrança de outorga de lançamento não vai piorar a situação e
93 sim, destacar o problema que já está aí e não está sendo enxergado, portanto

94 há urgência na outorga de captação e de lançamento. Na sequência o Sr. TIAGO
95 projetou a planilha com usuários outorgados, a qual mostra usuários com vazões
96 muito altas, também compartilhou a planilha com os usuários em tramitação e a
97 tabela com os usuários que entraram no novo sistema – SIGARH, destacando
98 que a SANEPAR é o usuário mais crítico no momento O Sr. ELIAS perguntou ao
99 Sr. TIAGO quais as práticas desenvolvidas por outros comitês e o Sr. TIAGO
100 falou os usos alternados e que boas práticas devem ser incentivadas pelos
101 comitês, como a recirculação, instalação de filtros. Falou que os usuários
102 solicitam vazões maiores do que a que necessitam para guardar a água, embora
103 a água tenha que atender aos usos múltiplos. O Sr. ELIAS falou que se referia
104 às ações concretas que outros comitês estão tomando. O Sr. TIAGO falou que
105 as principais áreas críticas estão na bacia do Piquiri e que o comitê do Piquiri fez
106 alterações no coeficiente da vazão outorgável, passando de 50 da Q95 para 80
107 da Q95, para captação. Para lançamento, esse valor subiu para 100%, com DBO
108 para cada ponto seja definida e forma que a DBO de mistura não altere de forma
109 significativa a classe 2 do corpo hídrico. Também dos usos alternados que estão
110 sendo estabelecidos apenas para os usuários com bomba por ser mais
111 complicada para usuários com derivação, ou até inviável. Os usuários bom
112 bomba e vizinho se organizam para o uso alternado e na Portaria de Outorga sai
113 que se deve fazer o uso alternado com o vizinho. O Sr. ROBERT falou que essas
114 negociações já estão ocorrendo, falou também que os usuários estão, na
115 maioria, concentrados nas cooperativas C. Vale e Copacol e que elas são
116 fundamentais na busca de soluções em conjunto. Citou o exemplo da Copacol
117 que está fazendo o tratamento da água com cal e está reduzindo a necessidade
118 de redução o que tem ajudado bastante. Outra coisa que está melhorando é
119 todos faziam captação no mesmo horário, agora já está se operando de forma
120 alternada dia/noite. Destacou que a solução tem que ser em conjunto, não
121 apenas comitê e IAT, mas associações, produtores, cooperativas. O Sr. ARMIN
122 destacou as propostas até o momento: notificação para renegociação de
123 volumes e usos alternados; a busca de uso eficiente da água; agilizar o processo
124 de cobrança da água, pois irá disciplina o uso. O Sr. TIAGO deu mais uma
125 sugestão, que as notificações não sejam apenas realizadas pelo IAT mas
126 também pelo comitê, principalmente para usuários com maiores vazões,
127 compartilhando o mapa com os usuários da Bacia. O Sr. ROBERT falou ainda
128 dos usuários da irrigação que se está cobrando que eles tenham reservatório
129 que captem pequenas vazões por tempo maior para utilizar nas próximas horas.
130 Na sequência o Sr. ARMIN colocou as propostas para votação, que foram
131 aprovadas por unanimidade. Em seguida passou-se para o item sobre a
132 apreciação e Análise do Indeferimento do pedido de Outorga para captação de
133 água superficial para piscicultura - protocolo nº 18.790.955-4 (ITEM 4 DA
134 PAUTA). Sobre esse tema o Sr. TIAGO explicou que a vazão no local já está
135 negativa e o protocolo de outorga foi indeferido. O Sr. ARMIN solicitou propostas
136 e o Sr. ROBERT se manifestou sugerindo trabalhar a curto prazo com a Q80,
137 Ainda destacou que o IAT, além de exigir equipamento de medição de vazão de
138 captação, passará a exigir, a partir de 31/01/2023, equipamento de medição de
139 lançamento de efluente. O Sr. ARMIN colocou em votação a proposta do Sr.
140 ROBERT, porém o Sr. ROBERT falou que isso só pode acontecer depois de
141 decretada área crítica, o que não é o caso, retirando a proposta. O Sr. TIAGO
142 comentou que em reunião com a ANA – Agência Nacional de Água e
143 Saneamento Básico, verificou que é considerado 100% da vazão do rio para

144 diluição, porém com BDO que não altere a classe do corpo hídrico. Comentou
145 que precisasse ter maior conhecimento dos efluentes da piscicultura. O Sr.
146 ELIAS comentou que não é cobrado nas condicionantes da licença, a qualidade
147 do efluente. O Sr. ROBERT falou que isso é feito há anos, porém eram dois
148 órgãos separados para licenciamento e outorga, o IAP e o Instituto das Águas e
149 que o IAP tinha uma concentração maior de servidores enquanto o Instituto das
150 Águas tinha poucas instituições espalhadas pelo estado com concentração
151 maior na mão de poucos servidores, por isso o IAP aceitava o número do protocolo
152 da outorga para não demorar muito a licença, logo saia a licença e a outorga
153 saia 1 ou 2 anos depois. Dessa forma o usuário tinha uma licença para um
154 volume maior, mas a outorga saia com um volume menor. Depois que juntou os
155 órgãos, está se tentando resolver o problema. Hoje, sendo o mesmo órgão, se
156 não tem a outorga, não sai a licença. O Sr. ROBERT sugeriu decretação de área
157 crítica e chamar os usuários para negociação dos volumes outorgados e usos
158 alternados. O Sr. ARMIN colocou em votação a proposta e foi aprovada por
159 unanimidade. Em seguida passou-se para os Informes Gerais (ITEM 5 DA
160 PAUTA). O SR ROBERTO compartilhou uma experiência de visita à um
161 piscicultor na Região Metropolitana de Curitiba que faz cultivo em ambiente
162 fechado, no qual o peixe é criado em tanque circular em sistema de estufa com
163 resultados maravilhosos. A Srta JULIANA comentou sobre a proposta de
164 mudança de CTPLAN para CTINS. Na sequência o Sr. ° **ARMIN** abriu a palavra
165 a todos para questões gerais e como não houve manifestações, encerrou a
166 reunião.

167
168

ARMIN FEIDEN

Coordenador da CTPLAN do CBH do Paraná 3